Despacho n.º 22764/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos dos artigos 26.º, n.º 5, alínea *d*), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e 1.º, n.os 1 e 2, alínea *d*), 2.º a 5.º e 8.º, n.º 1, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo 32/2001, de 31 de Julho, agracio, através da atribuição de louvor, Orlando Jorge Correia Silva Vale Mascarenhas, inspector, em serviço na Directoria do Norte, pela excelência do serviço prestado no âmbito da sua actividade ao longo de cinco anos de colocação na Secção de Investigação de Crimes Contra as Pessoas daquela Directoria, traduzida no esclarecimento de todos os crimes de homicídio consumado que lhe coube investigar, um desempenho que constitui exemplo a seguir em toda a instituição.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

202420647

Despacho n.º 22765/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos dos artigos 26.º, n.º 5, alínea *d*), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e 1.º, n.os 1 e 2, alínea *d*), 2.º a 5.º e 9.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, mediante menção elogiosa, Vítor Manuel Pinto Teixeira, inspector, em serviço na Directoria do Norte, por, no âmbito de uma acção de formação sobre questões técnicas e científicas quanto a classificação, funcionamento e utilização de armas de fogo e munições, e respectivos exames balísticos e periciais, dirigida a cerca de 150 magistrados judiciais e do Ministério Público, realizada entre Janeiro e Junho de 2007, ter revelado qualidades invulgares de natureza profissional, em circunstâncias que exigiam índices acrescidos de competência técnica, sentido de responsabilidade e de sensibilização para as necessidades do sistema de justiça e de garantia da confiança na imagem da Polícia Judiciária.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

202420541

Despacho n.º 22766/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do disposto nos artigos 1.º, n.os 1 e 2, alínea *c*), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 8.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, pela forma de louvor, Maria Alexandra Fontes e Melo de Noronha Guimarães, inspectora, por no decurso de uma investigação criminal ter evidenciado desempenho funcional de invulgar qualidade, demonstrativo de exemplar abnegação, voluntariedade e competência profissional, de forma a engrandecer e prestigiar o bom nome da instituição que serve.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202420428

Despacho n.º 22767/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do disposto no artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e nos artigos 1.º, 2.º, 4.º, n.º 1, 6.º, n.os 1 e 2, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio Valter Simões Soares Constantino, inspector-chefe, mediante menção de mérito excepcional, traduzida na promoção à categoria de coordenador de investigação criminal independentemente de concurso, pelo relevante desempenho das suas funções, ao longo de mais de 26 anos de carreira, evidenciando elevados índices de profissionalismo e competência profissional, excepcional coragem e voluntariedade e inteira devoção aos princípios e objectivos da instituição, contribuindo de modo decisivo para o sucesso de muitas e relevantes investigações, realizadas no âmbito do combate ao crime organizado e altamente violento que promoveram o engrandecimento e prestígio da Polícia Judiciária e da justiça criminal deste País.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

202421068

Despacho n.º 22768/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos do disposto nos artigos 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, 1.º, 2.º, 4.º, n.º 1, e 8.º, n.º 1, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, pela forma de louvor colectivo, Bernardino do Nascimento Martins, Francisco José Rodrigues Carneiro e Paula Susana da Costa Almeida, todos inspectores da Polícia Judiciária, por terem evidenciado elevados índices de profissionalismo, voluntariedade e devoção aos princípios e objectivos da instituição que servem, contribuindo de modo altamente relevante para o sucesso de muitas investigações, realizadas no âmbito do combate ao crime violento, complexo e organizado, que promoveram o engrandecimento e prestígio da Polícia Judiciária.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202418752

Despacho n.º 22769/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea *d*), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e dos artigos 1.º, n.os 1 e 2, alínea *b*), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 7.º, n.os 1, 2, alínea *b*), e 3, alíneas *a*), *b*) e *c*), do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, pela forma de insígnia, na modalidade de crachá de prata, António Augusto Ribeiro Alves Teixeira, inspector-chefe, por uma carreira de investigação criminal, de mais de 30 anos de serviço efectivo, sempre na área dos crimes de homicídio, caracterizada pela devoção constante aos princípios e objectivos da polícia Judiciária, consubstanciada na eficácia, produtividade e prestígio da sua actividade.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202420363

Despacho n.º 22770/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior de Polícia Judiciária, e nos termos dos artigos 26.º, n.º 5, alínea *d*), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e 1.º, n.os 1 e 2, alínea *b*), 2.º a 5.º e 7.º, n.º 1, n.º 2, alínea *b*), e n.º 3, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, através da atribuição de insígnia, na modalidade crachá de prata, António Joaquim Cunha Real, inspector, em serviço na Directoria do Centro, pela excelência do serviço prestado no âmbito da sua actividade ao longo de trinta anos de carreira, em devoção aos princípios e objectivos da Polícia Judiciária, consubstanciada na eficácia, produtividade e prestígio da sua actividade, em desempenho que constitui exemplo para todos quantos trabalham na instituição.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

202420671

Despacho n.º 22771/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do disposto nos artigos 1.º, n.os 1 e 2, alínea *c*), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 8.º, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, pela forma de louvor, Carlos Alberto Alves Figueiredo, inspector, por, ao serviço da investigação criminal, durante mais de dez anos, evidenciar conduta exemplar de competência e persistente entrega ao serviço, com o qual obteve inúmeros êxitos, de forma a engrandecer e prestigiar o bom nome da instituição que serve.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

202420509

Despacho n.º 22772/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos do disposto no artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e nos artigos 1.º, n.º 2, alínea *a*), e 6.º, n.os 1 e 2, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agracio, através de menção de mérito excepcional, João Rui Coelho Santos Silva, inspector, traduzida na promoção à categoria de inspector-chefe, independentemente de concurso, pelo relevante desempenho das suas funções ao longo de mais de 25 anos de carreira, evidenciando elevados índices de profissionalismo e competência profissional, excepcional coragem e voluntariedade e inteira devoção aos